

PUBLICIDADE DE LEGALIZAÇÃO

EDIÇÃO NACIONAL

GLP S.A.

CNPJ/ME nº 41.572.281/0001-34 - NIRE: 35.300.566.645  
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2024

1. **Data, Hora e Local:** Realizada aos 29 dias do mês de maio de 2024, às 12:00 horas, na sede social da GLP S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Campos Bicudo, nº 98, conj. 52, Itaim Bibi, CEP 04536-010. 2. **Convocação e Presença:** dispensas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes no livro de registro de presenças dos acionistas e lista de presença Anexo I. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. José Hermilio Curado Filho; Secretário: Sr. Ricardo de Souza Araújo. 4. **Deliberações:** O Presidente declarou instalada a Assembleia, tendo em vista a existência do quórum legalmente exigido. Dado seguimento aos trabalhos, foi decidido por unanimidade de votos: (i) aprovar a redução do capital social da Companhia por jugla-lu excessivo em relação às suas atividades, no valor total de R\$ 240.000,00, passando, o referido capital, de R\$ 32.665.698,00 para R\$ 32.425.698,00, mediante a restituição de capital ao acionista, em moeda corrente nacional, e adequação do valor nominal de cada ação da companhia de R\$ 0,97 para R\$ 1,00, ou o cancelamento de 1.140.000 ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se inalterado o percentual de participação do acionista no capital social da companhia; (ii) em decorrência da deliberação a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando a vigorar: **"Artigo 5: O capital social da Companhia é de R\$ 32.425.698,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 32.425.698 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal"**; (iii) a autorizar a Diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários à elevação das deliberações acima; (iv) consolidação do Estatuto Social presente no Anexo II. 5. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, a qual, lida e achada conforme, foi assinada pela totalidade dos acionistas. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 29/05/2024. **Mesa: José Hermilio Curado Filho** - Presidente; **Ricardo de Souza Araújo** - Secretário. **Anexo I - Acionista:** Garp Farms Fundo de Investimento em Participações Multissetorial. **Anexo I - Estatuto Social da GLP S.A.** CNPJ/ME nº 41.572.281/0001-34 - NIRE: 35.300.566.645. **Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Prazo Artigo 1: A GLP S.A. ("Companhia")** é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social, pela Lei 6.404, de 15/12/1976, ("LSA") e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 2:** A Companhia tem por objeto social (i) a criação, a engorda, o manejo, a compra e venda de gado para os mercados internos e para exportação, e a realização de demais atividades relacionadas; (ii) o plantio, o cultivo e a comercialização de produtos agrícolas e de extração florestal para os mercados internos e para exportação; (iii) a administração de bens próprios, móveis e imóveis; (iv) a administração de vendas de imóveis próprios; (v) a compra e a venda de bens imóveis próprios; (vi) a locação de bens imóveis próprios; e (vii) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. **Artigo 3:** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Campos Bicudo, nº 98, 5º andar, conjunto 52, sala 08, Itaim Bibi, CEP 04536-010. **§1º:** A Companhia poderá abrir e encerrar filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou do exterior. **Artigo 4:** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações - Artigo 5:** O capital social da Companhia é de R\$ 32.425.698,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido 32.425.698 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6:** As ações são indivisíveis perante a Companhia e a cada ação ordinária caberá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§1º:** Vedada à Companhia, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias. **§2º:** Em caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, a Companhia obrigará-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora do mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no Artigo 8º da Instrução da Comissão de valores Mobiliários ("CVM") nº 578, de 30/08/2016. **§3º:** A Companhia deverá disponibilizar aos seus acionistas, em sua sede, sempre que solicitado por escrito, com antecedência de 2 dias úteis, os contratos celebrados com partes relacionadas, acordos de acionistas e investimento e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão, conforme aplicável. **Capítulo III - Da Administração - Artigo 7:** A Companhia será administrada por uma Diretoria. **§ Único:** Os diretores ficam dispensados de prestar garantia de sua gestão. **Artigo 8:** A Assembleia Geral fixará a remuneração dos diretores. **Artigo 9:** Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado e assinado no livro próprio, dentro dos 30 dias subsequentes à sua eleição. **Artigo 10:** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 membros, um Diretor Operacional e um Diretor Administrativo, todos residentes no País, acionistas ou não, com as atribuições previstas neste Estatuto Social, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 2 anos, admitida a reeleição. **§1º:** Os Diretores empossados permanecerão no cargo até a posse de seus sucessores. **§2º:** Em caso de vacância no cargo da Diretoria, renúncia, indisponibilidade temporária ou destituição por qualquer motivo, caberá à Assembleia Geral a nomeação do respectivo substituto. **Artigo 11:** A Diretoria se reunirá sempre que os interesses sociais assim exigirem. As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 05 dias, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e de todos os documentos relacionados às deliberações a serem tomadas. **Artigo 12:** As reuniões da Diretoria serão consideradas validamente instaladas com a presença da totalidade de seus membros e a Diretoria deliberará por unanimidade. **§ Único:** As reuniões da Diretoria serão lavradas uma Ata a ser assinada pelos presentes, que ficará arquivada na sede social da Companhia. **Artigo 13:** A outorga de procurações pela Companhia dependerá da assinatura de ambos os Diretores. Exceto pelas procurações ad judicia, que poderão ter prazo indeterminado, todas as demais procurações outorgadas pela Companhia terão o prazo máximo de 01 ano e contará com descrição detalhada de poderes. **Artigo 14:** Os atos de quaisquer Diretores, procuradores ou empregados que envolvam a Companhia em quaisquer obrigações relativas a negócios ou transações não relacionados ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, neste ato, expressamente proibidos, e serão considerados nulos e sem efeito no dia diz respeito à Companhia, a menos que expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas. **Artigo 15:** A Diretoria exercerá as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, podendo a Assembleia Geral de Acionistas estabelecer outras atribuições específicas para os cargos da Diretoria, sendo certo que os Diretores implementarão e conduzirão os negócios da Companhia em observância às deliberações tomadas em Assembleia Geral de Acionistas, e aos termos e condições deste Estatuto Social e das leis aplicáveis a eles e a Companhia. **§1º:** Constituem atribuições e deveres específicos dos Diretores a prática dos seguintes atos: i. Diretor Operacional de forma isolada: (a) negociar e assinar contratos, propostas e demais tratativas com fornecedores, prestadores de serviço e outros terceiros relacionados diretamente às suas atividades, no montante de até de R\$ 1.000.000,00; (b) acompanhar a implementação e o cumprimento das políticas e procedimentos, inclusive de ética e compliance, da Companhia por seus empregados, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores e terceiros contratados; e (c) contratar/desligar profissionais relacionados diretamente às suas atividades, desde que cumprindo o respectivo orçamento e dentro dos parâmetros definidos pela Assembleia Geral de Acionistas; iii. Diretor Operacional e Diretor Administrativo em conjunto: (a) negociar contratos, propostas e demais tratativas

com fornecedores, prestadores de serviço e outros terceiros, em montantes de até R\$ 10.000.000,00; e (b) solicitar, acompanhar e cancelar licenças, outorgas e quaisquer outros atos de representatividade perante órgãos públicos e autoridades reguladoras. **§1º:** Ainda, o Diretor Administrativo e o Diretor Operacional poderão, em conjunto, celebrar e assinar os documentos pertinentes às seguintes matérias, desde que haja a anuência prévia e por escrito da Assembleia Geral de Acionistas: (a) orçamento anual; (b) demonstrações financeiras; (c) alienação ou aquisição de bens imóveis de propriedade da Companhia; (d) alteração de projetos, de endividamento e de participações societárias; e (e) negociar contratos, propostas e demais tratativas com fornecedores, prestadores de serviço e outros terceiros, em montantes superiores a R\$ 10.000.000,00. **Capítulo IV - Das Assembleias Gerais - Artigo 16:** Os acionistas reunir-se-ão ordinariamente em Assembleia Geral nos 4 primeiros meses imediatamente subsequentes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no Artigo 132 da LSA (tomar as contas, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; eleger os diretores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso); e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, quando convocadas de acordo com a legislação e com o presente Estatuto Social da Companhia. **Artigo 17:** A Assembleia Geral será convocada por qualquer Diretor e instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social com direito de voto, e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. **Artigo 18:** A convocação da Assembleia Geral deverá ser realizada, em primeira convocação, com no mínimo 08 dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral, contando-se este prazo a partir da publicação do primeiro anúncio. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, será realizada segunda convocação, com no mínimo 05 dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral. **§ Único:** Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem ou na qual estiverem representados todos os acionistas. **Artigo 19:** Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta dos votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 20:** Os acionistas poderão participar das Assembleias Gerais, fazendo-se representar por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja outro acionista, representante legal da Companhia ou advogado, nos termos do Artigo 126, § 1º, da LSA, desde que, para tanto, outorgue a eles poderes especiais e expressos suficientes. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 21:** O Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, será composto por 03 a 05 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, e terá as prerrogativas e atribuições previstas em Lei. **§ Único:** O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas solicitarem a sua instalação, devendo a Assembleia Geral competente eleger seus membros e fixar sua respectiva remuneração. **Capítulo VI - Do Exercício Social e Destinação dos Resultados - Artigo 22:** O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, as quais serão auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM. **Artigo 23:** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou balancetes intermediários. A Assembleia Geral poderá deliberar pela distribuição de dividendos à conta de lucros apurados em tais balanços. A Assembleia Geral poderá declarar dividendos antecipados, à conta de lucros previamente apurados e constantes de tais balanços ou no último balanço anual. **Capítulo VII - Da Liquidação - Artigo 24:** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, bem como nomear o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII - Da Lei Aplicável e Resolução de Controvérsias - Artigo 25:** Este Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, especialmente pela LSA. **Artigo 26:** As divergências relacionadas a este Estatuto Social que não sejam resolvidas amigavelmente entre os acionistas poderão, mediante solicitação de qualquer dos acionistas envolvidos, ser submetidas à arbitragem, a ser administrada pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP ("Câmara de Arbitragem"), de acordo com as regras de procedimento, em observância à Lei nº 9.307, de 23/09/1996, conforme alterada ("Lei de Arbitragem"), e com as disposições do presente Estatuto Social ("Regras de Arbitragem"). **§1º -** O tribunal arbitral será composto por 3 árbitros, sendo um deles designado pela parte requerente na arbitragem e o outro pela parte requerida, restando a indicação do terceiro árbitro, que atuará na qualidade de presidente do Tribunal de Arbitragem, pelos 2 árbitros escolhidos pelas partes. Os prazos para designação de árbitros são aqueles fixados nas Regras de Arbitragem. **§2º -** Em qualquer das hipóteses de arbitragem previstas neste Artigo, a ausência de consenso na escolha de um ou mais árbitros não impedirá a formação do Tribunal de Arbitragem, que se dará conforme as Regras de Arbitragem. **§3º -** Além dos impedimentos estabelecidos nas Regras de Arbitragem, nenhum árbitro designado de acordo com este compromisso de arbitragem será um empregado, representante ou ex-empregado de qualquer das partes ou de qualquer pessoa associada direta ou indiretamente aos mesmos, ou o proprietário de qualquer das partes ou de pessoa associada direta ou indiretamente aos mesmos. **§4º -** A arbitragem será conduzida na Cidade de São Paulo/SP, Brasil. **§5º -** O idioma oficial será o português, com aplicação das leis da República Federativa do Brasil. A Câmara de Arbitragem não recorrerá às regras de equidade para solucionar as controvérsias a ela apresentadas. **§6º -** Os acionistas declaram estar cientes das Regras de Arbitragem e concordam com todas as suas disposições. As Regras de Arbitragem em vigor na presente data e as disposições da Lei de Arbitragem incorporam-se ao presente Estatuto Social, quando aplicáveis. **§7º -** O procedimento de arbitragem terá prosseguimento a despeito da ausência de qualquer de suas partes, conforme previsto nas Regras de Arbitragem. **§8º -** A sentença arbitral será definitiva, irrevogável e vinculativa para as partes, caso figurem do procedimento arbitral, seus sucessores e oessionários, os quais se comprometem a cumprir voluntariamente seus termos. **§ Nono -** A parte que perder a arbitragem será responsável pelo pagamento de todos os custos e despesas relacionados ao procedimento arbitral, incluindo os honorários dos árbitros. Caso haja uma decisão que beneficie ambas as partes, os custos serão pagos na proporção determinada na decisão arbitral. **§10º -** O procedimento de resolução de disputas aqui previsto é o único e exclusivo procedimento para a resolução de quaisquer disputas existentes entre os acionistas em decorrência deste Estatuto Social; entretanto, qualquer dos acionistas poderá propor medidas liminares, executórias ou outro tipo de provimento judicial que possam ser necessários em caso de urgência, bem como para a instalação ou interrupção do juízo arbitral. **§11º -** Qualquer reclamação, reclamação ou contestação de arbitragem, os acionistas elegem o foro da Cidade de São Paulo/SP, Brasil, e renunciam expressamente a qualquer outro, se e quando sua atuação for necessária exclusivamente para a finalidade de: (a) fazer valer as obrigações para as quais haja disponibilidade imediata de execução judicial; (b) obter ordens de execução específica ou liminar de natureza preventiva, temporária ou permanente, tais como prestar garantia de instância para um procedimento de arbitragem a ser iniciado ou já em andamento e/ou garantir a existência e eficácia do processo de arbitragem; e/ou (c) processar uma solicitação de execução específica ou de outra ordem, estando, desde já, acordado que, uma vez obtida a execução específica ou uma outra ordem, a Câmara de Arbitragem a ser instalada ou já instalada, conforme o caso, reassumirá integral e exclusiva jurisdição para decidir sobre todas e quaisquer questões, quer relativas a procedimento, quer relativas a mérito, que possam ter ensejado a solicitação da ordem ou da execução específica, sendo o respectivo processo judicial suspenso até que a Câmara de Arbitragem pronuncie uma decisão parcial ou definitiva sobre a questão. O processo de qualquer ação judicial de acordo com esta cláusula não resultará em renúncia à arbitragem ou à jurisdição da Câmara de Arbitragem.

**Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável**  
CNPJ/ME nº 08.070.566/0001-00 - NIRE nº 35.900.329.112  
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de Junho de 2024  
1. **Data, horário e local:** Aos 12 de junho de 2024, às 10:30, de forma virtual. Para todos os fins, considerada realizada na sede social da Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável, localizada na Rua Doutor Fernandes Coelho, 85, 2º andar - parte 1, Pinheiros, CEP 05423-040, São Paulo/SP ("Companhia"). 2. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação, na forma do disposto no Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), por estarem presentes a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no livro de presença de acionistas da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Julio Enrique Varela Gubitosi. Secretária: Renata Lebram Mendes da Costa. 4. **Ordem do dia:** Examinar, discutir e votar a respeito das seguintes matérias: (i) a redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 830.539.592,19 (Oitocentos e trinta milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos), sem transferência de recursos financeiros (caixa) e em conformidade com a Cláusula 9.1 do Plano de Recuperação Judicial e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) a consolidação do estatuto social da Companhia. 5. **Deliberações:** Instalada a Assembleia e procedida à leitura da ordem do dia, após as devidas discussões, os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberam o quanto segue: 5.1. Aprovar a redução do capital social da Companhia de R\$6.190.288.244,77 (seis bilhões, cento e noventa milhões, duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos) para R\$ 5.359.748.652,57 (cinco bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscientos e quarenta e oito mil, seiscientos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), sendo a redução, portanto, no valor de R\$830.539.592,19 (Oitocentos e trinta milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos), mediante o cancelamento de 5.772 (Cinco mil seiscientos e setenta e dois) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por considerar o capital excessivo em relação ao objeto social da Companhia, conforme o disposto no artigo 173, caput, da LSA, e de acordo com a Cláusula 9.1 do Plano de Recuperação Judicial e a consequente alteração do estatuto social da Companhia. 5.2. Aprovar a alteração do artigo 5º do estatuto social para contemplar a estrutura de capitalização da Companhia, que, uma vez efetivada, passará a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 5.359.748.652,57 (cinco bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscientos e quarenta e oito mil, seiscientos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), dividido em 37.248 (Trinta e sete mil, duzentos e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a propriedade das ações comprovada pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas"**. 1.1.3. Em razão das deliberações aprovadas acima, autorizar a administração da Companhia a tomar todas e quaisquer medidas necessárias à publicação do extrato desta ata nos jornais utilizados pela Companhia para realizar suas publicações. Decorrido o referido prazo de 60 (sessenta) dias, a administração da Companhia poderá tomar todas as providências necessárias para arquivar, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, a presente Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de forma a efetivar a redução de capital perante terceiros, contando que não tenha sido impugnada, ou se provado o pagamento da dívida ou o depósito judicial do valor contestado, nos termos do Artigo 174 da LSA. 1.1. Aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, na forma do Anexo I da presente ata. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da presente assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, no livro próprio. Após a lavratura da ata, a presente foi lida, conferida, achada conforme e aprovada, e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 12 de junho de 2024. **Mesa: Renata Lebram Mendes da Costa** - Secretária.

**DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA**  
NIRE 35905176943 - CNPJ/MF 02.836.056/0002-71  
Edital de Termo de Responsabilidade nº 29/2024  
A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA", NIRE 35905176943, CNPJ/MF 02.836.056/0002-71, localizada na Avenida Riberão dos Cristais, nº 160, Galpão 1, Galpão 2, Parte B, bloco 1300, Bairro Empresarial Palmearia, Jd. Morumbi, São Paulo/SP, CEP: 07755-240, Sr. **Maurício Moraes de Almeida**, portador do RG nº 25328504 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 251.028.338-39, por meio da procuradora (nº de registro 123.657/24-6), **Sra. Karina Miura de Campos**, portadora da cédula de identidade RG nº 33.864.928-1 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 315.173.148-10, assinou em 03/04/2024 o Termo de Responsabilidade nº 29/2024, em nome do seu acionista Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP, no presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. **Marcio Massao Shimamoto, Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.**

**DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA**  
NIRE 35905176943 - CNPJ/MF 02.836.056/0002-71  
EDITAL DE TERMO DE RESPONSABILIDADE Nº 28/2024  
A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "DHL LOGISTICS (BRAZIL) LTDA", NIRE 35905176943, CNPJ/MF 02.836.056/0002-71, localizada na Estrada da Cruz Grande (700), nº 1000, Galpão 6, Santo Amaro, Luviz, bloco 1300, Bairro Empresarial Palmearia, Jd. Morumbi, São Paulo/SP, CEP: 07755-240, Sr. **Maurício Moraes de Almeida**, portador do RG nº 25328504 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 251.028.338-39, por meio da procuradora (nº de registro 124.626/24-5), **Sra. Karina Miura de Campos**, portadora da cédula de identidade RG nº 33.864.928-1 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 315.173.148-10, assinou em 03/04/2024 o Termo de Responsabilidade nº 28/2024, com fulcro nos arts. 1º - § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP, no presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. **Marcio Massao Shimamoto, Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.**

Prefeitura Municipal de Limeira

EDITAL: 86/2024  
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 21.129/2024  
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT LANCHE.  
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 10/07/2024 às 09:30 horas.  
EDITAL: 85/2024  
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 65.651/2023  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADEQUAÇÕES DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DO SISTEMA DE SEGURANÇA E COMBATE CONTRA INCÊNDIO DA EMIEIF PASTOR ISMAEL PEREIRA DO LAGO.  
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 05/07/2024 às 09:30 horas.  
EDITAL: 83/2024  
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 19.619/2024  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE BASE DE CONCRETO PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PLAYGROUNDS EM LOCAIS DIVERSOS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES – CONTRATO FINISA Nº 0615.892-21 CAIXA.  
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 05/08/2024 às 09:30 horas.  
EDITAL: 84/2024  
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 12/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 25.245/2024  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE LAZER E SAÚDE DO IDOSO, LOCALIZADO NA AV. CAMPINAS Nº 765 - VILA SÃO LUIZ - LIMEIRA - SP - CONTRATO FINISA Nº 0615.892-21 CAIXA.  
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 06/08/2024 às 09:30 horas.  
Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: [www.limeira.sp.gov.br](http://www.limeira.sp.gov.br) ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R\$ 0,37 (trinta e sete centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 337 de 27 de dezembro de 2023.  
Limeira, 19 de junho de 2024  
Departamento de Gestão de Suprimentos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
WILLIAN DE OLIVEIRA E SILVA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2024 - PROCESSO Nº 17.729/2024 - Nº CMPRA 901732024  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE MÁQUINAS. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 20 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 05 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). O edital completo poderá ser retirado pelo site: [www.botucatu.sp.gov.br](http://www.botucatu.sp.gov.br) ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: [copel@botucatu.sp.gov.br](mailto:copel@botucatu.sp.gov.br)  
Botucatu, 19 de Junho de 2024

INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA" - Acha-se aberto no Instituto "Lauro de Souza Lima", em Bauru/SP, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90033/24, processo nº 024.0008524/2024-96, destinado a AQUISIÇÃO DE ABAXODOR DE LINGUA E OUTROS MATERIAIS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA DIVISÃO DE ENFERMAGEM DESTA INSTITUIÇÃO. A abertura da sessão será dia 04/07/2024 às 09:00 horas. no site: [compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) cujo edital encontra-se disponível.

INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA" - Acha-se aberto no Instituto "Lauro de Souza Lima", em Bauru/SP, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90034/24, processo nº 024.0008524/2024-96, destinado a AQUISIÇÃO DE HIERÓDIA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESTA INSTITUIÇÃO. A abertura da sessão será dia 04/07/2024 às 09:00 horas. no site: [compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) cujo edital encontra-se disponível.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 047/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 02 (DOIS) SISTEMAS DE MICROGERAÇÃO ON-GRID DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DA CONVERSÃO FOTOVOLTAICA, INSTALAÇÃO EM TEUADOS EXISTENTES, NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, COM UMA POTÊNCIA ESTIMADA TOTAL DE 150 KW, COM GERAÇÃO MÍNIMA TOTAL DE 02 (DOIS) SISTEMAS DE GERAÇÃO DE 23 000 KWH/MÉDIOS/MES, INSTALAÇÃO OU ADEQUAÇÃO DOS PADRÕES DE ENTRADAS DE MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, COM FORNECIMENTO DO PROJETO DE ABERTURA DE 09 (NINTE) TUBOS, TODOS OS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, MÃO DE OBRA, INSTALAÇÃO, LEGALIZAÇÃO E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, INCLUSIVE O CONTRATO DE CESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA (CPEL), ALÉM DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A OPERAÇÃO E PLENO FUNCIONAMENTO DA MESMA, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO BÁSICO, E CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. DATA DE ABERTURA: 09/07/2024. HORA: 09:00. EDITAL DISPONÍVEL: NO SETOR DE LICITAÇÕES E PELO SITE [www.alvinlandia.sp.gov.br](http://www.alvinlandia.sp.gov.br). MAIORES INFORMAÇÕES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA, NA RUA MAJOR COUTO, Nº 100, TELEFONE (14) 3473-8700 OU POR E-MAIL: [licitacoes@alvinlandia.sp.gov.br](mailto:licitacoes@alvinlandia.sp.gov.br). Alvinlândia, 19 de Junho de 2024. ABIGAIL CALLI DIAS - Prefeita Municipal

**DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV**  
Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90074/2024 - DRS.XV  
Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº PE-90074/2024 - DRS.XV, do tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 024.0019643/2023-74, objetivando a compra de "MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA", para atender Demandas Judiciais de pacientes da região do DRS.XV.  
A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90074/2024-DRS.XV, será no dia 02/07/2024, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS. XV, sita a Avenida Dr. João Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Juscelino Guimarães - São José do Rio Preto/SP.  
As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.e-negocios.publicos.com.br> e [www.compras.sp.gov.br](http://www.compras.sp.gov.br)

**DIÁRIO DE NOTÍCIAS**  
Leia e assine:  
5584-0035

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA**  
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4519/2024 OBJETO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, EM REGIME DE PARCERIA, PARA CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM O MUNICÍPIO PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO MEDIANTE A PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS PARA O PROGRAMA DE ESCOLA INTEGRAL. Considerando todo o contido nos autos, torno NULO e SEM EFEITO a homologação referente ao processo supracitado, publicada no dia 29 de maio de 2024 na Imprensa Eletrônica de nº 1800A do Jornal de Circulação local, sendo, portanto, desconsiderada para todos os efeitos legais. Em relação aos recursos interpostos, a Comissão Especial de Coordenação do Terceiro Setor decide por DESACOLHER O RECURSO interposto pelas OSCs ASSOCIAÇÃO JOSEENSE DE AÇÃO SOCIAL (AJAS) e CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE (CNEC), pelas razões constantes na ata de reunião e parecer jurídico, ficando mantida a decisão do resultado preliminar de inabilitação; e ACOLHER O RECURSO interposto pela OSC INSTITUTO GLOBAL ATTITUDE - IGÁ, pelas razões constantes na ata de reunião e parecer jurídico, para habilitar a entidade, e DESCLASSIFICAR a entidade após atribuição da pontuação conforme item 10.8 (TABELA) do Edital, uma vez que a nota "zero" atribuída no item E e F, implica automaticamente na sua desclassificação, nos termos do item 10.9 do Edital. Sendo assim, a Comissão Especial de Coordenação do Terceiro Setor, nos termos do edital, NOTIFICA os interessados do resultado da análise dos recursos, bem como para tomarem ciência dos autos do processo, de forma a exercerem, se assim desejarem, competente recurso administrativo. Bragança Paulista, 18 de junho de 2024. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA Presidente da Comissão Especial de Coordenação do Terceiro Setor.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA**  
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.644/2024 - OBJETO: Chamamento Público para recebimento de documentações de empresas interessadas em firmar com a administração municipal, Patrocínio para desenvolvimento, produção, instalação e manutenção de um sistema de comunicação e informações turísticas contendo Painéis de Informações e Comunicação e Totens de Informação e Comunicação, tendo como contrapartida a veiculação de anúncios em partes do objeto patrocinado pela empresa executante, sem ônus para a prefeitura municipal, pelo período de 60 meses. LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES: Paço Municipal de Bragança Paulista, sito à Av. Antônio Pires Pimentel nº 2015 - Bragança Paulista - SP - Divisão de Licitações, Compras e Almoxxarifado. LOCAL DA ABERTURA DOS ENVELOPES: Paço Municipal de Bragança Paulista, sito à Av. Antônio Pires Pimentel nº 2015 - Bragança Paulista - SP - Sala de Licitações. DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: ÀTE 22.07.2024 AS 10H00 - DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 22.07.2024 AS 10H00 - O Edital completo deverá ser retirado gratuitamente no site [www.braganca.sp.gov.br/https://braganca.sp.gov.br/https://braganca.sp.gov.br/licitacoes/](http://www.braganca.sp.gov.br/https://braganca.sp.gov.br/licitacoes/), podendo ainda ser adquirido no balcão do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 devendo o interessado trazer sua mídia específica para cópia (cd/dvd, pendrive, etc.) Informações adicionais: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Endergo: Rua Conselheiro Rodrigues Alves, 251 - Centro (Centro Cultural Prefeito Jesus Adib Abi Chedid) - Telefone: (11) 4034-6570 - E-mail: [cultura@braganca.sp.gov.br](mailto:cultura@braganca.sp.gov.br). Bragança Paulista, 19 de junho de 2024. Lucia Regina de Oliveira Dorta - Secretária de Cultura e Turismo,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**  
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 006/24  
Na publicação do Jornal Oficial do Município de 14/06/2024, 3º Caderno, Página 16, fica alterado o trecho:  
**Onde se lê:** "DATA: 02/07/2024 às 09h00min."  
**Leia-se:** "DATA: 04/07/2024 às 09h00min."  
**Permaneçam inalteradas as demais informações.**  
São João da Boa Vista, 19/06/2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO**  
Estado de São Paulo  
Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo nº 45/2024 - Processo Administrativo nº 3366/2024 - Endereço Eletrônico: <https://licitavinhedonacional.com.br> - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENEDEIRAS OFICIAIS DO BRASIL, DA ITALIA, DO ESTADO DE SÃO PAULO E DO MUNICÍPIO DE VINHEDO, CONFORME EDITAL E ANEXOS". O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 20 de junho de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico <https://licitavinhedonacional.com.br>, dia 03 de julho de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido no sítio acima mencionado.

**HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FOUTOURA**  
ABERTURA  
PREGÃO ELETRÔNICO 57/2024 - PROCESSO: SEI: 024.00069208/2024-41  
COMPRAS GOV:90028/24  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - DISPOSITIVO E OUTROS COMUMUNICAMOS - AOS INTERESSADOS QUE ENCONTREM O PREÇO MENOR, O PREGÃO ELETRÔNICO 57/2024 DO TIPO MENOR PREÇO, A SER ABERTO ÀS 09:00 HORAS, DIA 04/07/2024 ÀS 09:00HS, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.COMPRAS.SP.GOV.BR.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
MARCELLO LANEZA FELICIO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 172/2024 PROCESSO Nº 17.727/2024  
UASG 986249 Nº CMPRA 90172/2024  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DA REDE BÁSICA DE SAÚDE. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 20 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal -